
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Revista
Didática Sistemática

SEMESTRAL

ISSN: 1809-3108

UM ESPAÇO DE ADEQUAÇÃO INFANTIL: O PATRONATO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA

Magda de Abreu Vicente¹

RESUMO

O presente trabalho faz parte da formulação do projeto de mestrado em andamento, na linha de pesquisa de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas sob orientação da Prof^a Dr^a Giana Lange do Amaral. Esta pesquisa pretende traçar o perfil dos alunos que se dirigiam ao Patronato Agrícola Visconde da Graça, hoje, Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça no período de 1923 (sua criação) até 1934 (quando passou a ser denominado Aprendizado Agrícola Visconde da Graça) na cidade de Pelotas-RS. Também é intenção deste estudo visualizar as relações cotidianas estabelecidas dentro do ambiente escolar numa pretensão de entender a “pedagogia do internar”. As fontes utilizadas para este estudo serão as fichas dos alunos, as correspondências anuais, os relatórios anuais, entrevistas e fotografias.

Palavras-chave: Patronato; Ensino Agrícola; Internato (internar) e conformação de mão-de-obra.

ABSTRACT

The present work is part of the formulation of the master's degree project in process, in the line of research of History of the Education of College of Education of the Federal University of Pelotas under orientation of Prof^a Dr^a Giana Lange do Amaral. This research intends to draw the students' profile that they went to the Patronato Agrícola Visconde da Graça, today, Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça in the period of 1923 (his creation) up to 1934 (when it passed to Aprendizado Agrícola Visconde da Graça to be denominated) in the city of Pelotas-RS. It is also intention of this study to visualize the daily relationships established inside of the school atmosphere in a pretension of understanding the "pedagogy of interning". The sources used for this study will be the students' records, the annual correspondences, the annual reports, interviews and pictures.

Keywords: Patronato; agricultural education; internato and conformation of labour.

¹ Mestranda na FaE/UFPel/ RS. Membro do CEIHE - Centro de Estudos e Investigação em História da Educação. magdabreu@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os Patronatos Agrícolas foram criados em todo o Brasil e tinham por função receber alunos oriundos da zona rural e zona urbana. Da zona rural a principal intenção era a conformação da força de trabalho e da zona urbana objetivava orientar e enquadrar os *órfãos e desvalidos da sorte* com o objetivo de adequá-los dentro da sociedade burguesa de modo que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também de modo que não atrapalhassem a nova orientação trabalhista que agora utilizava mão-de-obra livre, no início da República e logo em fins do Império, visto que estes patronatos foram criados no início do século XX. Especificamente o Patronato Agrícola Visconde da Graça foi criado em 1923 e talvez os alunos fossem oriundos das ruas e também deveriam se enquadrar na conformação social da força de trabalho que, de acordo com OLIVEIRA (2003), mostrava que o estabelecimento dos patronatos trazia a tona o debate sobre a inserção da infância pobre no mercado de trabalho, portanto, enquadrar àqueles que estavam fora do mercado de trabalho também era uma forma de ajustá-los as necessidades trabalhistas da época em questão.

O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça foi criado com a denominação de Patronato e esta criação não vem descolada do contexto social em que o Brasil se encontra, muito ligado aos tempos do Império, os Patronatos surgem em várias regiões do Brasil e vêm para suprir duas necessidades nacionais fundamentais: qualificar mão-de-obra livre para trabalhar ante a agricultura e também tirar dos centros urbanos os chamados “desvalidos da sorte”, pobres e àqueles que atrapalham o bom desenvolvimento burguês dos centros. A etimologia da palavra Patronato acaba explicitando e orientando os estímulos e objetivos de sua criação: Patronato, Patrão, Assistência.

Esta pesquisa faz-se através do contato com as diversas fontes encontradas no caminho a ser percorrido e também já percorrido. O encontro com os documentos tem sido algo prazeroso e ao mesmo tempo cansativo, pois grande parte do acervo da escola não está organizado, fazendo com que as novidades surgissem para o pesquisador da maneira mais inusitada: através da necessidade de organizar o acervo presente no *arquivo morto* da escola. Lá encontrei uma sala escura e úmida com documentos “esquecidos” e jogados ao lume do tempo; passei então a organização desse acervo, onde encontrei coisas riquíssimas, como materiais de cultura escolar (tinteiros, carimbos antigos, uniformes da banda escolar, faixas, etc...) e também livros de correspondências, atas de reuniões, relatórios anuais e livros de entrada e saída de material. Resolvi privilegiar para esta pesquisa o estudo das fichas dos alunos, os livros de correspondências e os relatórios anuais. Esta decisão não requer

privilegiar determinada fonte em detrimento de outras, mas sim percorrer aquelas que mais poderão responder as questões que me inquietam e também utilizar as fontes com as quais mais me identifiquei até o momento. Isto não significa ignorar por completo o restante do material presente na instituição, mas sim “guardá-lo” para um momento mais oportuno e com mais tempo para sua análise. Entrevistas também fazem-se importantes, serão feitas com ex-alunos, familiares e funcionários da escola. Os documentos iconográficos encontrados serão utilizados muito mais como ilustração. Não tomarei a análise de entrevistas apenas como um complemento das fontes escritas mas sim no sentido de entender o cotidiano das normas disciplinares e das infinitas possibilidades de aceitação ou não do ambiente escolar. Assim, utilizarei da memória como forma de complemento mas não de hierarquização nesta pesquisa e nem como preenchimento de lacunas pois acredito que somente as lembranças e os esquecimentos dos próprios sujeitos daquela instituição poderão responder a indagação mais forte nesta pesquisa: como era viver dentro de um Patronato? STEPHANOU e BASTOS (2005) trazem a discussão desse rompimento entre a hierarquização das fontes mostrando que “podemos pensar na idéia de redes de referências cruzadas ou contrastações entre diferentes documentos, muito mais do que confrontos para validar ou refutar verdades”. (STEPHANOU E BASTOS, 2005, p. 422). Também será utilizada consulta aos jornais Diário Popular e Correio Mercantil para entender o contexto de criação desta instituição e seus mais evidentes discursos. Para tanto os anos pesquisados serão de 1920 até 1923, para entender o “antes” de sua instalação até o “atual”.

O problema a ser “solucionado” nesta investigação é reconhecer e traçar o perfil dos alunos destinados ao Patronato Agrícola Visconde da Graça no período de 1923-1934 bem como compreender as práticas constitutivas da sociabilidade cultural da escola. Pois para BUFFA E NOSELLA “Sem questões e hipóteses bem definidas, sem uma determinada orientação teórica, os dados empíricos amontoam-se confusamente e não revelam o seu significado profundo”. (BUFFA E NOSELLA, 1996, p. 9)

Traça como objetivo geral ressuscitar e caracterizar, no contexto da “fronteira da legalidade”, o perfil das turmas do Patronato Agrícola Visconde da Graça no período de 1923 até 1934, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, e entender o seu cotidiano dentro da escola bem como sua relação com o contexto econômico, político e social local. Explico “fronteira da legalidade” porque trabalhar com a instituição de Patronato significa com afínco trabalhar com alunos que não estavam dentro das leis impostas pela sociedade e deveriam adequar-se as mesmas, assim, viviam numa fronteira entre o legal e o ilegal, ora tido como certo e errado.

EMBASAMENTO TEÓRICO

O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça², situado na cidade de Pelotas, teve sua instalação com o nome de Patronato Agrícola Visconde da Graça e, segundo ANTUNEZ “a denominação Visconde da Graça foi uma justa homenagem ao possuidor do título, o ilustre varão pelotense João Simões Lopes Filho” (ANTUNEZ, (1996, p. 20). Pelotas tinha a grande vantagem de possuir um defensor dos ideais da região que era o Ministro da Agricultura, o pelotense “Dr.” Ildefonso Simões Lopes, pai de João Simões Lopes Filho, que defendeu a instalação do Patronato em cidade interiorana sem a principal marca das instalações dos outros patronatos: a sua maioria foram instalados em grandes capitais³ ou porque faziam parte do principal fluxo econômico do Brasil ou porque faziam parte da política intitulada e conhecida por “café com leite” do início da República brasileira, em que interesses de São Paulo e Minas Gerais vinham em primeiro lugar nas políticas públicas do país; isto fica evidente até mesmo no número de instalações dos patronatos no Brasil: 7 em Minas Gerais e 3 em São Paulo.

A influência de Ildefonso está presente nos jornais pelotenses. O Diário Popular em artigo do dia 4 de janeiro de 1920 trás um artigo intitulado “O Ministério da Agricultura e o ensino Agrícola”: este artigo exalta as qualidades do Sr. Dr. Simões Lopes pois

...é de se esperar que sua gestão, como dissemos, se caracterize por essa nobre e louvadíssima preocupação de promover o aumento da eficiência deste mesmo trabalho, graças à generalização dos modernos conhecimentos e de processos mais aperfeiçoados. (DIÁRIO POPULAR, 4/01/1920, pg. 1)

Na década de 30, o Patronato Agrícola, foi transformado em Aprendizado Agrícola Visconde da Graça e, em 1947, passou a chamar-se Escola Agrotécnica Visconde da Graça. No ano de 1961, a Escola vinculou-se ao Ministério da Educação e Cultura e, em 1969, ao incorporar o Colégio de Economia Doméstica, a Escola Agrotécnica foi integrada à Universidade Federal de Pelotas, ano em que foi assinado convênio com a República Federal da Alemanha, levando a modernização ao Setor de Avicultura e a Indústria de Alimentos, seguindo a filosofia de ter a “produção como meio de ensino”. No ano de 1975, além de formar técnicos em nível de segundo grau nas áreas de Agropecuária e de Economia

² Para simplificar a leitura e a escrita passarei a utilizar a sigla CAVG. Leia-se Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça bem como a sigla P.A.V.G leia-se Patronato Agrícola Visconde da Graça.

³ No início do século XX foi instalado um total de 17 patronatos no Brasil (sendo um em SC, três em SP, dois no RS, um em Pelotas e outro em Porto Alegre, sete em MG, dois em PE, e um na PA). OLIVEIRA, 2003, pg. 75.

Doméstica, a escola implantou o Curso Técnico em Alimentos e ganhou a denominação “Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça” (CAVG) que permanece até a atualidade.

Os estudos sobre esta Instituição de Ensino são poucos e reduzidos; com relação à constituição desta escola, o único estudo que temos é o de ANTUNEZ, ele privilegia e discorre sobre toda a história da instituição até os dias atuais e se detém em aspectos mais gerais; os outros estudos, como o de MONTEIRO (2007) buscam compreender a relação do ensino atual desta instituição com os saberes que os alunos trazem em sua formação empírica e familiar, isto é, se a escola se utiliza do saber e da realidade do aluno para fazer o seu ato pedagógico. O estudo de SILVEIRA (2007) feito em nível de especialização, também sobre o CAVG, não se refere ao período ora estudado e se ocupa do estudo da constituição do PROEJA no ensino médio.

A denominação Patronato⁴ foi usual para um período histórico em que a preparação para o trabalho estava intimamente ligada à moralização da sociedade e sua adequação as necessidades liberais pregadas pela nova república. Não só em Pelotas, mas em diversas cidades foram criadas tais instituições que pela própria etimologia já demonstram que não vieram somente para direcionar-se a finalidades educacionais e sim para sanar um outro problema existente no Brasil: as dificuldades de adequar aqueles que estavam a perambular pelas ruas ou simplesmente na condição de pobres. Segundo discursos do período a denominação mais comum para identificá-los era serem chamados de “imorais”.

Nascimento (2004), ao falar da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, criada em 1924, antes chamada de Patronato São Maurício, em Sergipe, assim a caracteriza:

A denominação pouco importa. Em oitenta anos, a instituição foi Patronato, Aprendizado, Escola de Iniciação Agrícola, Escola Agrícola, Colégio e Escola Agrotécnica. No imaginário ficou a marca do Aprendizado. É este o nome que a memória reconhece e que o imaginário entende como espaço capaz de regenerar o mais rebelde dos adolescentes e recuperá-lo para a vida produtiva do campo e o convívio social. (NASCIMENTO, 2004, p.1)

O P.A.V.G, instalado no período histórico posterior a abolição da escravidão e ao final do império brasileiro em 1889 no Brasil, enquadra-se nos discursos educacionais voltados à preparação para o trabalho e ao enquadramento da sociedade então, liberta e pobre, nos moldes econômicos da época. Assim, segundo VICENTE:

⁴ Segundo o dicionário Larousse Cultural, a etimologia desta palavra é significativa de “autoridade de patrão, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar à vida social os ex-condenados ou libertos condicionais, organização destinada a zelar pela infância abandonada, local onde essas sociedades têm sede”. (1999, p. 697)

Variadas foram às formas de enquadrar o liberto no novo sistema. As principais e mais incisivas estão relacionadas a práticas repressivas, condicionantes a todo passo e práticas do liberto, moldando hábitos, posturas e até mesmo direcionando qual seria o espaço reservado dentro da cidade para o mesmo. (VICENTE, 2003, p.17)

Esta preocupação não se movimenta no Brasil somente com os libertos negros, mas também com os trabalhadores em geral que virão a constituir-se nos próximos séculos. Segundo MONTEIRO (1997) a educação nos patronatos era vista como uma “pedagogia preventiva e corretiva”. “Esse entendimento, de perspectiva salvacionista, conferida aos patronatos, associa educação e trabalho e, ao fazê-lo, concebe o trabalho como educação e disciplina, superando a idéia original que o considerava atividade degradante.” (MONTEIRO, 1997, p.48)

Em caráter nacional a República Velha orienta-se em princípio para os privilégios dos produtores de São Paulo e Minas Gerais, mas como já sabemos essa dualidade de interesses não vai durar muito tempo; chegando o momento em que os estados periféricos exigirão também parte na fatia desse bolo recheado com vantagens políticas e econômicas que estão vinculadas somente àqueles. Assim, segundo NAGLE (2001) os pontos culminantes do final da primeira República são o crescimento do setor industrial, o crescimento urbano e da classe média.

Quando a sociedade brasileira, nos anos 20, começa a estruturar-se nessa nova orientação semi-industrial e não mais simplesmente agro-exportadora as necessidades da sociedade em geral também mudam. As camadas médias que estão nas cidades brasileiras, o proletariado e até mesmo parte das oligarquias que já estão vinculadas à industrialização preocupam-se agora, com aspectos relacionados ao catolicismo, nacionalismo, tenentismo e educação. (NAGLE, 2001, p. 27). É nessa teia ideológica que surge a necessidade também do ensino técnico, pois a cultura passa a ser exigida e expandida também aos setores incipientes. O Brasil necessita formar cidadãos instruídos, pois os discursos de políticos e setores de camadas médias entendem esta sociedade como atrasada e coberta pelo tapete da ignorância que encobre grande parte da sociedade brasileira tida como analfabeta. Assim, a educação começa a se fazer necessária, visto ter também que instruir a sociedade para o trabalho. “O que era implementado pela República não encontrava ressonância na sociedade e o descontentamento estava presente, manifestando-se em várias situações”. (OLIVEIRA, 2003, p. 10). A roupagem da Primeira República era bastante discutida por outros setores da sociedade que não somente os grandes proprietários rurais: eram juristas, médicos,

engenheiros e militares que baseavam seus discursos naqueles vindos das sociedades Europeias pensando no controle da população, num modelo mais racional e moderno e numa lógica voltada para a industrialização. Criticavam o assistencialismo e a caridade e passavam a exigir do Estado orientações para a infância e adolescência pobres relacionando-as com a educação. (OLIVEIRA, 2003). Ao Ministério da Educação, Indústria e Comércio, criado em 1906 pelo Decreto 1.606, cabia regular o ensino técnico no Brasil.

A educação seria um dos amplos debates estabelecidos neste período e superar os problemas educacionais não resolvia somente àqueles referentes às dificuldades desta população pobre e carente, mas sim e principalmente resolveria os problemas econômicos relativos às necessidades para mão-de-obra no campo e também resolveria às questões relativas aos problemas urbanos que fervilhavam com o aparecimento de todos aqueles que requeriam trabalho, refúgio, abrigo, diversão e moradia. “A mobilização que o tema educação conseguiu no período não ocultou as hierarquizações; para a infância pobre uma educação nas mesmas condições: uma pobre educação”. (OLIVEIRA, 2003, p.58).

Este estudo visa estudar este Patronato com a intenção de perceber o cotidiano e os motivos reais que levavam especificamente os pelotenses e as autoridades locais a colocarem seus alunos nesta instituição escolar. Para LOPES

Os tais seres concretos da história, da história da educação, são seres sexuados e em relação de classe, de gênero, de raça, de idade, sem nenhuma preferência pela ordem em que se diz isso. Além disso, uma das formas de se perceber a concretude da sua inserção é, sem dúvida, pensar esses seres sexuados, etc., em um dado cotidiano. A contemporaneidade do historiador, mas também de suas fontes, está imersa no cotidiano. Perceber a história, construir a história sob essa ótica é uma forma de escapar à lógica da dominação, e a uma história da perspectiva dos dominantes. (LOPES, 1994, p.24)

Concordando com a autora entende-se a importância de realizar esta pesquisa e percebê-la dentro deste contexto determinado. Para CERTEAU o fazer historiográfico está determinado pelo meio em que é produzido. Neste sentido encontram-se três premissas, que juntas, articulam esse saber: “é a combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”. (CERTEAU: 1995. p. 66). Baseando nestas idéias, o fazer historiográfico, evoca um lugar social definido que é a instituição escolar. Esta instituição, obviamente, está determinada pela escolha do recorte desta pesquisa, ou seja, “o dito”. Esses recortes foram influenciados pelas opções teóricas e pelo meio social em que o pesquisador/historiador encontra-se inserido, ou seja, “ a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da

sociedade” (Idem, p.74) ou pelo meio em que o pesquisador está inserido, por isso não pretende fazer a História desta instituição mas apenas uma delas. E ainda:

Não quero dizer com isso que nós simplesmente inventamos histórias sobre o mundo ou sobre o passado mas sim que a afirmação é muito mais forte: que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a realidade. (JENKINS, 2004. p. 28).

CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

A preocupação com o desenvolvimento agrícola e voltado para o campo em Pelotas não é mérito do período Republicano. Desde o Império esta preocupação é frequente e não raro teremos em Pelotas a primeira Escola de Ensino Agrícola e Veterinário do Rio Grande do Sul. Em fins do século, em Pelotas, predominava a economia voltada para a feitura do charque e que proporcionou à cidade o desenvolvimento em termos culturais, econômicos e sociais avançados para o período em questão. Os filhos dos charqueadores e até mesmo estes, através de seus periódicos e contatos com os Europeus traziam as novidades e idéias inovadoras para o Sul com relação ao grande atraso da região em questões agrícolas. Assim, esta preocupação corrente faz com que se queira estar ao passo europeu e com que se discutam melhorias e inovações científicas nas áreas agrícolas (ZARTH, 2007).

Se nota que desde o momento em questão a cidade de Pelotas é fonte e fruto desta discussão pois será aqui, segundo o mesmo autor, que irá se instalar a instituição referida no parágrafo anterior. No estudo de ZARTH sobre as tecnologias para o campo no Rio Grande do Sul o autor mostra que ao mesmo tempo em que esta primeira instituição educacional é criada surge também “a primeira revista especializada em agropecuária no Sul do Brasil: a Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, fundada em Pelotas em 1897, redigida pelo Lyceu Rio Grandense de Agronomia” (ZARTH, 2007, p. 143) mostrando que a preocupação com o desenvolvimento científico no campo advém do século XIX ainda e que Pelotas tem papel destacado e importante nesta atuação.

Ainda, segundo MEIRELES (2002) com a mesma orientação surge em Pelotas a Escola de Artes e Offícios, fundada em 1917 e origem da atual Escola Técnica Federal de Pelotas (CEFET-RS). Assim, quando surge, ela vem com a intenção mesma dos Patronatos e com o discurso contundente e enfático neste período inicial da República; a idéia era de atender aos “desvalidos da sorte”, os “desfavorecidos da fortuna”, “com o indispensável

preparo técnico e intelectual para fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastassem da ociosidade, escola do vício e do crime”. (MEIRELES, 2002, p. 251). Desde a colônia, quando o Estado precisava de mão-de-obra para alguma atividade manufatureira de grande porte, utilizava os pobres através de sua preparação no ensino dos ofícios. Em Pelotas, a charqueada trouxe outras necessidades de técnicas de produção na medida em que se expandia à demanda do charque.

Ao sofrer as conseqüências, sejam elas boas ou ruins, deste processo de adequação ao setor produtivo gaúcho, os Patronatos refletem as transformações decorrentes das necessidades econômicas e políticas do início da República. Pesavento (1988) ao pesquisar a trajetória da burguesia gaúcha e sua afirmação enquanto classe também demonstra o quanto existe a necessidade de uma formação que garanta aquilo que fica exposto através das práticas escolares: uma disciplina para o trabalho. Esta burguesia está surgindo intimamente ligada ao surgimento da industrialização, porém sem se tornar hegemônica ela caminha lado a lado com setor agrário e ambos vão buscar ordenação no trabalho, que acharão dentro do Patronato aqui na cidade de Pelotas. Esta formação burguesa ao colocar-se no Rio Grande do Sul já nasce vinculada ao setor agrário e pastoril o que a faz muitas vezes refém e seqüestradora das necessidades econômicas e políticas. Assim, esta nascente burguesa, tanto agrária quanto industrial, “mantinham entre si relações de complementaridade e conflito, ou seja, fortes laços de composição, uma vez que se apresentavam como frações da mesma classe dominante, que não excluía as contradições” (PESAVENTO, 1988, p. 14) que por ora eram vinculadas as questões agrárias e por ora eram vinculadas às questões “empresariais, urbanas e progressistas”. As relações de classe ou de uma fração de classe não se formam sem que estejam vinculadas com o trabalho, no caso da análise de PESAVENTO, o locus de sua formação é as fábricas que estão surgindo no país. Na cidade de Pelotas, citando-se, por exemplo, a cervejaria Ritter, a Companhia de Fiação e Tecidos pelotense dentre outros. Essas relações extrapolavam os muros das fábricas e se impunham diante das dominações das mentes, são escolas vinculadas às fábricas e também lugares para assistência social, lazer e habitação, uma forma de cercar o trabalhador mesmo que não esteja dentro do seu local de trabalho, assim, discorre seu cerceamento além dos muros da fábrica.

No caso desta pesquisa, os Patronatos, sejam no Brasil, sejam na cidade de Pelotas, surgem entremeados às questões fabris e rurais, tanto que sua orientação é atrelada à educação agrícola e ao ensino dos ofícios da agricultura e pecuária. Porém, quando estes recebem dentro de suas habitações e espaços àqueles que são oriundos do meio urbano, estamos falando exatamente do que PESAVENTO (1988) já lembrava: as dominações e vinculações

trabalhistas, são extra muros, sejam muros distantes das fábricas, como no caso dos Patronatos que se localizavam distantes dos centros urbanos, ou sejam nas voltas das fábricas, como foi o caso da abertura e surgimento de várias instituições escolares especificamente vinculadas as orientações de trabalho para aprender os ofícios fabris. Como não podemos pensar o regional, local, distante de suas reais necessidades e adequações, também não podemos pensar o Patronato Agrícola Visconde da Graça, fora do contexto econômico em que Pelotas inicia suas atividades fabris, com uma cultura charqueadora ainda essencialmente gritante e dentro de um contexto citadino incipiente.

No Rio Grande do Sul a crescente industrialização muda os ares das cidades. Pelotas vive o dia a dia dos aglomerados urbanos e dos chamados “cortiços”. As necessidades de organização do espaço urbano por parte do poder público crescem ao mesmo tempo em que crescem as dificuldades para a sociedade que não está enquadrada no trabalho das fábricas ou qualquer outro que seja digno da conduta que exige agora a burguesia. Assim, para PESAVENTO (1995) o processo de êxodo rural no RS foi mais lento, porém havia muito forte as migrações cidade-cidade e campo-cidade que contava também com os excedentes da abolição da escravidão. Esse contexto citadino também é vivenciado na cidade de Pelotas que padece das mesmas carências do resto do estado com relação ao crescimento da cidade e as condições precárias de higiene e saneamento básico. Essas características serão marcantes para a formação do Patronato Agrícola na cidade de Pelotas pois muitos dos alunos que ali se instalaram eram crianças pobres, órfãs e oriundas das cidades do interior.

As dificuldades vindas do campo e também do impacto da Revolução de 1923⁵ acarretavam a chegada de famílias com muitos filhos e com uma pobreza evidente. O que fazer com esses filhos dos quais não podiam sustentar? No depoimento de Therezina Jerlach Alves⁶, de 81 anos, mulher de um ex aluno do Patronato, membro da primeira turma da escola, já falecido, conta a origem da família do marido: este saiu de Pinheiro Machado, cuja mãe carregava 5 filhos e o pai tinha sido assassinato nas disputas por terras, no ano de 1923. A mãe vendeu todas as terras “por ninharia” e veio de carroça com os cinco filhos, para a cidade de Pelotas. A viagem transcorreu com muitas dificuldades, pois havia muito medo das tropas que estavam em disputa na Revolução de 1923. Ao chegarem à cidade, os dois menores de idade, mas com idade suficiente para entrarem no Patronato, são colocados no mesmo. O medo da sociedade burguesa deste período era o de que as pessoas não

⁵Disputa para a presidência do RS pelos candidatos Borges de Medeiros e Assis Brasil. O partido de Borges de Medeiros era acusado de fraudar as eleições e por isto manter-se no poder.

⁶ Este depoimento foi colhido em 18 de julho de 2008 na casa da própria depoente.

trabalhassem. Muitos cortiços, casas de jogos e “puteiros” surgiam como forma de suprir as necessidades urbanas; estas instituições eram condenadas no período porque ameaçavam à moral e os bons costumes e a única saída seria fazer com que estes fossem habilitados ao trabalho que “nobilitava, engrandecia: é a riqueza, a virtude, é a felicidade” (PESAVENTO, 1995, p. 62) Assim, admitia-se um trabalhador bêbado mas não um bêbado não trabalhador, até porque segundo a mesma autora, dentre os bêbados estavam incluídos até mesmo membros da polícia e da elite.

Os internatos foram regimes instalados no Brasil através dos Jesuítas, com influência dos internatos clássicos do século XIX que eram os liceus e colégios internos Europeus na França. Conceição (2007) ao estudar a pedagogia do internar na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão no SE faz uma importante e esclarecedora abordagem histórica da instalação dos internatos no Brasil e quais eram os interesses que se orientavam por trás dessa política. O autor destaca que os internatos vieram com o sentido de “endireitar” meninos e meninas pela ordem social, sendo esta a base do princípio pedagógico. A educação era feita muito mais pelas escolas do que pelas famílias porque dentro destes recintos as crianças estariam livres da grave influência maldosa do mundo externo, das ruas que para João do Rio (2008), são encantadoras e talvez até o fossem para os meninos do início da República, porém contaminadas também pelo sofrimento das condições precárias em que se encontravam. Outra importante questão surgida neste momento de efervescência dos internatos como opção para a educação da infância pobre é a preocupação higienista, pois a insalubridade nos internatos e nas cidades é algo que vem a tona devido à necessidade de ater-se ao cuidado de uma grande quantidade de seres que estão aglomerados no mesmo espaço. No Patronato Agrícola Visconde da Graça essa preocupação não é diferente das outras instituições com a “Pedagogia do Internar”. Para entrar no internato a primeira medida adotada era a vacinação de todos os alunos, constatado na ficha escolar presente no acervo da Escola. Em alguns casos os alunos levavam atestado médico geralmente expedido pela Clínica Geral do Dr. Álvaro Barcellos atestando as boas condições de saúde dos alunos. Mesmo assim, todos ao entrarem para a escola passavam por avaliações físicas feitas pelo médico do Patronato o que não prevenia de modo total as boas condições de saúde dos internos pois o menor Honório Flores, além de atestar várias faltas nas sabbatinas⁷ também faltou durante todo o mês de julho, agosto e outubro (provavelmente por motivos de saúde). Entrou no Patronato em 11 de outubro de 1923 e desligou-se da escola em 13 de setembro de 1927 por motivo de

⁷ Sinônimo de Provas para o período em questão.

falecimento em função de meningite. Os pais já eram ambos falecidos e este antes de morrer foi isolado no “Isolamento Municipal”. O menino entrou pra escola com 10 anos de idade e morreu aos 14 anos.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

A dificuldade de permanecer dentro da escola, como possibilidade de vida, é algo bastante conhecido pelo imaginário popular e também institucional, pois ali os alunos sofriam variadas punições e castigos e eram obrigados ao trabalho agrícola, nas oficinas de carpintaria e marcenaria. Para crianças, esse seria o período de brincar e não de passar por um regime tão forçado de conduta, condicionamento social, educação e trabalho.

Foto do Dormitório dos meninos do Patronato. Acervo da escola. Ano: 1926.



Podemos notar, através da própria foto acima, que as instalações não eram as mais adequadas e nem seus rostos pareciam os mais contentes. Através do acervo iconográfico, bibliográfico e oral, identificamos que estes alunos levantavam às 5h da manhã, faziam todas as atividades referentes à higiene das instalações e também eram obrigados a tomarem banhos frios. A maior característica da rigidez deste regime é a sua própria identificação: por números. Lá ao invés de serem identificados por nomes são, até hoje, identificados por

números, prática advinda dos tempos de regimes ditatoriais, um lugar onde eram bastante vigiados e caso não seguissem fielmente as normas impostas seriam rigidamente punidos. Porém, deveriam ser instruídos para uma força de trabalho que viesse a substituir o trabalho escravo e forçado, assim a educação era um bom casamento com o regime Patronal. FOUCAULT (1999) ao analisar os regimes de disciplina que orientam o estabelecimento das prisões na modernidade acaba descobrindo que a legislação penal ao instituir-se se vincula à equivalência moral calcada na eficiência e destinação ao trabalho e não a vadiagem. A intenção a partir de então é que o poder seja posto na sociedade através de pequenos gestos ou instituições. Por isto a disciplina implantada no Patronato era bastante rígida, pois “tanto mais obediente tanto mais útil” (FOUCAULT, 1999, p. 119).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNEZ, José Leonel da Luz. **CAVG: História de um Patronato**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1996.
- CERTEAU, Michel. **A operação histórica**. In: Lê Goff e Nora, Pierre. (orgs.) *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995b.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar: Uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)**. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Sergipe no ano de 2007.
- CULTURAL, Larousse**. Grande dicionário da Língua Portuguesa. Ed. Nova Cultural.1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis. Ed.Vozes: 20ª ed. 1999.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Tendências Teórico-Metodológicas de pesquisa em História da Educação**. Série Documental: Eventos, n.5, maio/1994.
- MEIRELES, Ceres Mari da Silva. **Escola de Artes e Ofícios de Pelotas: a longa espera dos “desfavorecidos da fortuna”**. ASPHE, Gramado, de 29 e 30 de agosto de 2002. pg. 249 à 258.
- MONTEIRO, Maria Lúcia da Silva. **O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. CAVG e a formação para o trabalho no campo**. Tese de doutorado apresentada na UFRGS, 2007.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Ed. DP&A. 2ª ed. 2001.
- NOSELLA, Paolo. **Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos / Paolo Nosella, Ester Buffa**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: Os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República.** Bragança Paulista, 2003.

RIO, João do. **A alma encantadora das Ruas: Crônicas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. **História, Memória e História da Educação.** In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. História e Memória da Educação no Brasil. Vol. III - Século XX. Ed. Vozes, 2005. P.416-429.

VICENTE, Magda de Abreu. **O trabalho como forma de manutenção da ordem burguesa em Pelotas na virada do século XIX.** Monografia UFPel/2003.p.17.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS-1989-1930).** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto,1988.

_____, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República: elite e povo na virada do século.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 3ª ed. 1995.

_____, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. **Entre a Tradição e a Inovação: as Primeiras Instituições de Ensino e Tecnologia para o Campo no Rio Grande do Sul.** In: Werle, Flávia Obino Corrêa (org.). Educação Rural em Perspectiva Internacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. P. 131-154.

ENTREVISTA: Therezina Jerlach Alves. Entrevista colhida em 18 de julho de 2008 na casa da própria depoente.

PERIÓDICO: Jornal Diário Popular, 1920.